



MARGEM CIA DE MINERAÇÃO

CNPJ 06.635.659/0001-09 - ADRIANÓPOLIS - PR

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda têm um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia não identificou nenhum ativo financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

2.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

2.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos e jazidas minerais na data de transição para adoção dos CPCs. O custo histórico inclui os custos com financiamento relacionados com a construção de edificações, custos com obtenção de autorizações de operação junto aos órgãos ambientais e gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

Os terrenos não são depreciados. A amortização da jazida e do custo com o seu decapeamento são feitas em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis econômicas, que é estimada como segue:

- Edificações - 40 anos
- Jazidas minerais - 44 anos
- Outros-5-10 anos
- Máquinas e equipamentos-18-25-30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

2.7 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

2.8 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

2.11 Capital social

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

2.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, cimento e calcário.

As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando os riscos sobre os produtos são transferidos para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

2.13 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor

ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são decorrentes da aplicação inicial dos CPCs, relacionados ao ajuste de avaliação patrimonial dos terrenos e jazidas minerais. A realização dos impostos diferidos dar-se-á na medida em que os ativos forem sendo realizados (depreciados ou exauridos, vendidos ou baixados).

2.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma, alteração e interpretação de normas foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessa norma, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

(a) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

(b) Provisão para contingências

A companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para ações judiciais, constituídas para fazer face as potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(c) Provisão para devedores duvidosos

A provisão para devedores duvidosos é constituída quando, com base na estimativa da administração, é esperado que os títulos a receber não sejam recuperáveis. Ao estabelecer o montante da provisão, a administração considera o histórico de inadimplência dos clientes e a existência ou não de garantias reais.

(d) Vida útil do imobilizado

O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. Na opinião da administração da Companhia, a vida útil do imobilizado está corretamente avaliada e apresentada adequadamente nas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e depósitos bancários em conta-corrente	133	2.480
Aplicações financeiras	3.329	20.163
	3.462	22.643

As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras brasileiras de primeira linha em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação entre 50% a 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

5 Instrumentos financeiros

	2016	2015
Ativos financeiros - empréstimos e recebíveis		
Caixa e depósitos bancários em conta-corrente (Nota 4)	133	2.480
Contas a receber de clientes (Nota 6)	11.817	5.651
Outras contas a receber	4.641	792
	16.591	8.923
Ativos a valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras (Nota 4)	3.329	20.163
	19.920	29.086
Passivos financeiros - outros passivos financeiros		
Fornecedores (Nota 11)	13.784	20.717
Empréstimos e financiamentos (Nota 12(a))	411.409	481.605
Empréstimo Partes Relacionadas (Nota 20(b))		25.444
Adiantamento de partes relacionadas (Nota 20(b))	79	1.132
Outras contas a pagar (Nota 14)	6.093	10.998
	431.365	539.896

6 Contas a receber

	2016	2015
Contas a receber de clientes mercado interno	11.895	5.567
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 20b)	536	224
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(614)	(140)
	11.817	5.651

Os saldos a receber estão denominados em reais.

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2016	2015
A vencer	10.697	5.298
Vencidos até 90 dias	375	222
Vencidos até 180 dias	186	67
Vencidos acima de 180 dias	559	64
	11.817	5.651

A movimentação da provisão para devedores duvidoso apresenta-se como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	(140)
Constituições	(541)
Reversões	67
	(614)

Saldo em 31 de dezembro de 2016

7 Estoques

	2016	2015
Matéria-prima e outros materiais	18.836	12.382
Produtos acabados	5.418	4.414
Estoque em poder de terceiros (matéria-prima coque)	8.024	4.628
Estoque em poder de terceiros (pallet)	886	751
	33.164	22.175

8 Impostos a recuperar

	2016	2015
ICMS	19.277	22.815
Imposto de renda retido na fonte	104	169
IPÍ	64	906
PIS/COFINS		1.014
Crédito Pis e Cofins Ativo Permanente	60.409	63.844
Outros	22	136
	79.876	88.884
(-) Circulante	13.041	22.277
Não circulante	66.835	66.607